



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005220-83.2018.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Pagamento em Consignação**
 Requerente: **Frederico Ferreira Hildebrand**
 Requerido: **Claudio Alves de Menezes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **FLAVIA DE ALMEIDA MONTINGELLI ZANFERDINI**

Vistos.

Frederico Ferreira Hildebrand, com qualificação nos autos, ajuizou ação de obrigação de dar coisa certa com pedido de liminar em face de Claudio Alves de Menezes, aduzindo ter firmado com o réu, instrumento de cessão de créditos e direitos sobre Ação Judicial pelo valor de R\$ 900.000,00, sendo que R\$ 300.000,00 seriam pagos em três parcelas mensais de R\$ 100.000,00, através dos cheques nºs 900850, 900852 e 900853 e o restante seria pago através da transferência de dois imóveis para o réu, no valor de R\$ 300.000,00 cada.

Ocorre que após a devolução do último cheque por insuficiência de fundos, o autor depositou na conta do réu o valor parcial de R\$ 89.410,00, descontando R\$ 10.590,00, que alega corresponder ao valor pago pelo condomínio dos dois imóveis.

O autor depositou nos autos a quantia de R\$ 10.590,00. Requereu a devolução do cheque nº 900853 e a suspensão dos protestos junto aos Serviços de Proteção ao Crédito e CCF.

Juntou documentos (fls. 09/25).

Decisão de fls. 37 deferiu liminar de suspensão dos efeitos publicísticos da negativação.

O réu, em contestação às fls. 55/58, alega que a quantia de R\$ 10.590,00, correspondente à taxa condominial dos imóveis objetos do contrato, foi retida indevidamente pelo autor, já que este não comprovou ser proprietário e não efetivou a transferência da propriedade dos referidos bens, tendo descumprido os itens 3.2, 3.3 e parágrafo primeiro, do instrumento celebrado entre as partes.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Informa ainda que ajuizou uma Ação de Rescisão Contratual por Descumprimento de Cláusulas, em trâmite perante a 1ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, processo nº 1000778-65.2018.8.26.0666, em face do autor, que atualmente se encontra suspensa aguardando definição de competência. Requereu a expedição de alvará para levantamento do valor de R\$ 10.590,00.

É uma síntese do necessário.

Fundamento e decido.

Trata-se, na verdade, de ação de consignação em pagamento, uma vez que a pretensão do autor é a quitação do cheque e sua restituição, a fim de que possa excluir seu nome dos cadastros de restrição ao crédito.

A causa subjacente da emissão da cártula foi a cessão de créditos e direitos celebrada entre as partes, figurando como cedente Claudio Alves de Menezes e como cessionário Frederico Ferreira Hildebrand, tendo o réu ajuizado ação de rescisão contratual distribuída inicialmente na Comarca de Artur Nogueira, sendo os autos remetidos a esta Comarca de São Carlos, distribuídos à 1ª Vara Cível, processo nº 1000778-65.2018.8.26.0666, sendo que aquele juízo suscitou conflito negativo de competência pendente de julgamento pelo E. Tribunal de Justiça de São Paulo.

A presente ação, portanto, não se presta a apreciar eventual descumprimento contratual, que deverá ser decidido naqueles autos de rescisão contratual, limitando-se, esta decisão, exclusivamente, sobre a quitação do crédito estampado na cártula nº 900853.

Citado, o réu pugnou pelo levantamento da importância depositada pelo autor nestes autos, no montante de R\$ 10.590,00, que se refere à complementação do valor já pago pelo autor no montante de R\$ 89.410,00, totalizando a quantia de R\$ 100.000,00 que corresponde ao valor estampado no cheque nº 900853.

O valor de R\$10.590,00 é incontroverso.

Pelo exposto, declaro extinta a obrigação constante no cheque nº 900853, ficando o levantamento do valor de R\$ 10.590,00, condicionado à entrega do aludido cheque em juízo.

Com a entrega da cártula, expeça-se mandado de levantamento em favor do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

réu, da quantia de R\$ 10.590,00, bem como a entrega do cheque ao autor.

Confirmo a antecipação de tutela para determinar a exclusão do nome do autor do cadastro de emissão de cheques sem fundos.

Recusando-se o réu a devolver a cártula ao autor, essa ação judicial se fez necessária.

Destarte, arcará o réu com custas, despesas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% sobre o valor do cheque.

Publique-se. Intimem-se.

São Carlos, 01 de agosto de 2018.

Juiz(a) **FLAVIA DE ALMEIDA MONTINGELLI ZANFERDINI**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**